

## GEOGRAFIA DA DIFERENÇA: DIFERENCIAÇÕES SOCIOESPACIAIS E RACIAIS

Danilo Cardoso FERREIRA<sup>1</sup>  
Alex RATTS<sup>2</sup>

97

### Resumo

A complexidade do mundo moderno, constituído a partir de suas diferenças, exige uma observação e compreensão das ciências a partir da totalidade dos fenômenos estudados, entendendo que as diferenciações sociais são constituídas e associadas a questão racial. O objetivo desse trabalho é o de associar as leituras sobre a diferença e diferenciações socioespaciais, combinadas com a dimensão racial para os estudos urbanos no Brasil. O percurso do trabalho revisitou literaturas que são referências para as pesquisas sobre cidades brasileiras para, em seguida, apontar os mesmos fenômenos combinados e identificados com a dimensão racial, que outrora era velada na ciência geográfica. Por fim, evidenciar a discussão socioespacial e racial para que se compreenda efetivamente as diferenças e os extratos sociais, que comumente foram entendidos somente pelas leituras de classe, sem observar as particularidades dos sujeitos envolvidos nesse processo como o debate racial.

**Palavras-chave:** Geografia, Diferenciações, Raça.

### GEOGRAPHY OF THE DIFFERENCE: SOCIO-SPATIAL AND RACIAL DIFFERENTIATIONS

### Abstract

The complexity of the modern world, made from their differences, requires a science observation and understanding from the totality of the phenomena studied, once understood that social differences are recognized and associated with race. The aim of this paper is to associate the readings on the difference and socio-spatial differentiation, combined with the racial dimension to urban studies in Brazil. For this, the route of it, some readings were revisited, that are references to research on Brazilian cities to then point the same phenomena combined and identified with the racial dimension which was once veiled in geographical science. Finally, it is purpose of this paper to highlight the socio and racial discussion to effectively for the better understanding of the differences and social classes that were commonly understood only by class readings, without observing the characteristics of the subjects involved in this process as the racial debate.

**Keywords:** Geography, differentiations, Race.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apontar para uma geografia que se apresenta a partir de uma compreensão da diferença de fenômenos sociais. E o que apresenta-se são leituras de diferenças produzidas nas entranhas das cidades brasileiras a partir dos extratos sociais de desigualdades econômicas e raciais. Ressalto que a proposta aqui não é a de criar um conceito firmado à Geografia da Diferença, e sim propor uma análise de como as leituras espaciais e urbanas são capazes de entender fenômenos de diferenciações ou dissimilaridades reproduzidas nas cidades, inserindo a questão racial.

Importante dizer que as leituras sobre os debates raciais nas ciências humanas ainda passam pela invisibilidade na produção intelectual. Porém, existem grupos que têm

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (IESA) – Goiânia – Goiás. Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Goiás - Campus Itapuranga. E-mail: [prof.daniloueg@gmail.com](mailto:prof.daniloueg@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em geografia, doutor em Antropologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia pelo Instituto de Estudo Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. E-mail: [alex.ratts@uol.com.br](mailto:alex.ratts@uol.com.br)

conseguido romper com os paradigmas epistemológicos de uma ciência considerada conservadora e que inviabiliza problemas raciais da sociedade brasileira. Então, tratar de questões raciais e urbanas, de ordens distintas, é um dos principais desafios deste trabalho, ou seja, analisar as formas pelas quais a dimensão racial se espacializa nos processos urbanos com a diferenciação socioespacial.

Os direcionamentos do trabalho se constituem a partir de Corrêa (2002; 2007), Carlos (2007) e Silva (2007) autores que problematizam os desafios da ciência geográfica em compreender a dinâmica e a reprodução das cidades e as relações sociais que produzem diferenças ao uso dos espaços públicos direcionados a partir do capital. E literaturas como Garcia (2006), Ratts (2011) e Santos (2010; 2012) para a inserção dos debates raciais na Geografia. O percurso do trabalho é baseado em literaturas que contribuem para a formação do pensamento geográfico no campo da geografia urbana e também pesquisadores que associam as análises urbanas a dimensão racial. Nesse sentido, o trabalho se torna bibliográfico. A nossa análise propõe também pensar que as diferenciações sociais são, antes de tudo, raciais.

A problematização deste trabalho parte, então, da seguinte questão: será que as diferenças à moradia e ao uso da cidade reproduz um racismo urbano que é velado e inviabilizado? E por que os trabalhos que problematizam as diferenças e diferenciações urbanas não apontam a variável racial? Diante disto, a proposta deste diálogo é não eliminar a discussão de cunho econômico dos debates desse processo social e sim de associá-lo a questão racial.

## **DIFERENÇA E DIFERENCIAÇÕES SOCIOESPACIAIS**

Para uma observação e análise do conceito de diferenciação socioespacial na Geografia temos que nos reportar a conceitos básicos da produção social do espaço, das práticas espaciais. Carlos afirma que essa questão: “Historicamente, a Geografia tem se colocado com objetivo de explicar o espaço (entendido, por muitos, como a superfície terrestre) a partir da prática dos homens e de sua repartição criando uma vasta gama de áreas diferenciadas” (CARLOS, 2007, p. 46).

O espaço sendo um dos objetos de estudo importante das ciências humanas e contemporâneas, torna-se um relevante objeto para a compreensão das diferenças quanto ao

uso e diferenciações das relações sociais reproduzidas nesse palco social. Para entender conceitualmente a diferenciação socioespacial, pode-se perguntar como faz Carlos (2007):

O tema, assim fundamentado, apontaria para duas questões: o que revelaria do mundo moderno a dimensão “socioespacial” tratada a partir da Geografia e o que produziria uma diferenciação no interior da prática social a partir da ideia da “indissociabilidade espaço-sociedade”? (CARLOS, 2007, p. 47).

A diferença se torna um retrato das metrópoles brasileiras (SOUZA, 2008). Porém, cabe indagar como compreender a existência de processos de diferenciação, segregação e autosegregação que são o retrato de nossas metrópoles? Ao problematizar as dificuldades quanto às pesquisas que tratam desses temas, mas de forma objetiva, Souza (2007) afirma a importância de conhecer os significados políticos de palavras que para o autor são bastante estigmatizadas no senso comum.

Para Souza (2013), as análises socioespaciais precisam de um levantamento conceitual e teórico que dê o aporte metodológico para a pesquisa no sentido que a análise pode fazer abordagens que são incoerentes, de “sobrevoo”. É o caso da diferenciação socioespacial. O envolvimento da Geografia nessa temática,

[...] se constitui em foco inicial pelo qual o homem procurou conhecer e avaliar a sua existência e a do outro, incluindo os territórios seus e de outros grupos sociais. Sem diferenciação sócio-espacial não haveria Geografia nem as demais ciências sociais, tais como hoje nós as definimos. Em realidade, a diferenciação sócio-espacial é necessária e inevitável, parte integrante da ação humana (CORRÊA, 2007, p. 62).

Corrêa afirma que o conceito de diferenciação socioespacial é importante para as ciências sociais, para a compreensão da sociedade e do espaço, por meio da diferença nas ações humanas, o que, para a Geografia, se torna um objeto de estudo bastante complexo, porém de grande relevância.

A partir desse autor, compreendemos que a diferenciação precisa ser entendida a partir de várias escalas de análise tanto a de rede urbana, como a de diferenciação funcional ao entender as localidades centrais hierarquizadas efetivamente pelo poder de reprodução do capital imobiliário, especificamente nas cidades. Por sua vez, Silva, J. (2007) chama atenção para questões bastante pontuais para entendermos a sua proposta de apresentar a diferenciação socioespacial:

O Brasil, caracterizado por seus contrastes sociais, apresenta um contexto onde pobreza e riquezas coexistem com as contradições inerentes ao processo de produção e organização do espaço. As condições de moradia, a deficiência no

atendimento de demandas sociais básicas, as dificuldades de acesso restringem, sobremaneira, a disponibilidade e possibilidade de uso de espaços públicos. Esse quadro expressa fortemente a diferenciação socioespacial entre nós. (p. 92).

Uma das possíveis análises, de acordo com o conceito de coexistência, o qual apresenta as proximidades físicas e os distanciamentos sociais dentro das cidades, reproduzindo as deficiências dos serviços oferecidos pelos poderes públicos, as famílias de classes baixas que vivem em condições vulneráveis: Em contrapartida oferece privilégios para as populações que vivem em áreas com melhores condições econômicas e sociais. A diferenciação, nesse caso, desrespeita “o direito à cidade”, pois o acesso a alguns espaços deveria ser público, porém não é.

Para entender melhor como a diferenciação é percebida na cidade, temos que visualizar qual a melhor escala de análise para a compreensão desse fenômeno. O espaço intra-urbano ainda é entendido como “[...] um complexo e instável mosaico de áreas sociais, identificadas a partir da combinação de atributos indicadores de *status* sócio-econômico, infra-estrutura, características familiares, migrações e, onde for o caso, etnia, língua e religião”. (CORRÊA, 2007, p. 66). Essa escala nos possibilita entender os arranjos e as práticas espaciais a exemplo da segregação residencial imposta ou auto-definida, a separação de classes de renda que se correlaciona com a segregação étnico-racial. Corrêa discorre acerca desses processos e destaca o fator tempo:

As diferenças sócio-espaciais, tanto na escala da rede urbana como na escala do espaço intra-urbano, resultam da acumulação de inúmeras formas e interações espaciais desenvolvidas em um período de tempo de certa duração. Esse acúmulo, por sua vez, é o resultado de processos e práticas espaciais. Os processos espaciais constituem um conjunto de forças atuando ao longo do tempo, viabilizando localizações, realocações e permanências de atividades e população sobre o espaço da cidade. Postos em ação pelos diversos agentes sociais da produção do espaço, os processos espaciais constituem um movimento de massa, envolvendo uma sequência sistemática e regular de ações em um período de tempo relativamente longo. Repetitividade e duração longa são traços definidores dos processos espaciais, distinguindo-os das práticas espaciais. Centralização, descentralização e segregação residencial são exemplos de processos espaciais (CORRÊA, 2007, p. 68).

Nesse sentido, temos que entender um elemento importante ao pensarmos nas diferenças produzidas e reproduzidas pelas ações sociais, “o papel da divisão espacial do trabalho como elemento articulador/diferenciador dos lugares” (CARLOS, 2007, p. 47). Na verdade, esse elemento é fundante como gerenciador pelo acesso aos lugares, bairros,

condomínios fechados, entre outros. Alguns apontamentos ainda devem ser feitos para a compreensão conceitual:

[...] [a] diferenciação espacial, apesar de apoiada num mesmo fundamento teórico, entendendo a desigualdade como centro explicativo da diferenciação e esta imanente à produção espacial, tanto em seu sentido real e concreto (vivido, percebido praticamente, gerando segregações), quanto possível (a ideia de que a desigualdade vivida pode produzir a diferença como negatividade) (CARLOS, 2007, p. 48. Grifo da Autora).

Assim, a desigualdade socioespacial é o centro explicativo da diferenciação socioespacial. Um agente que precisa ser destacado é o Estado, o qual:

(...) desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da construção de sua racionalidade), produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. É, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar de objetivos próprios de dominação, usando como meio as políticas públicas para direcionar e regularizar fluxos, centralizando, valorizando/desvalorizando os lugares através de intervenções como “ato de planejar”. Nessa condição, o espaço se pretende homogêneo (pela dominação) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho). Como produto, deparamo-nos com o espaço da norma e da vigilância: um espaço estratégico (CARLOS, 2007, p. 52-53).

O Estado se torna um ator altamente relevante nesse processo de ordenamento espacial, sendo coagido pelas classes dominantes financiadas pelo capital. A diferenciação socioespacial, apoiada na desigualdade, caracteriza-se pelos contrastes sociais, pelos contextos de interação e reprodução dos espaços de riqueza e de pobreza que podem ser associados aos grupos raciais. Esse processo merece ser correlacionado à segregação socioespacial, à autosegregação.

## DIFERENCIAÇÕES RACIAIS

Uma observação interessante ao compreender o estudo sobre relações raciais e o espaço urbano é que não apenas o poder aquisitivo vai influenciar no uso dos lugares na cidade, pois a cor, mais precisamente a identificação racial, junto com outras variáveis, torna-se uma barreira social e espacial. Uma das questões importantes, que trataremos mais à frente, neste trabalho, é que o espaço urbano não é ordenado somente por questões econômicas. Existem outros fatores tal como, o racial, é preciso analisa-lo para entender como se gera a hierarquização e o ordenamento socioespacial.

A diferença racial marca a sociedade brasileira, e não se apresenta por completo na demografia, mas é possível abordá-la ao tratar dos segmentos “brancos” e “negros” (estes

últimos tomados sociologicamente como o somatório de “pretos” e “pardos”), quando registrados pelos Censos Nacionais. Santos, R. ao compreender a importância dos estudos geográficos voltados para a questão racial, afirma que,

Existem, portanto, geo-grafias do racismo e das relações raciais: o racismo, ao definir clivagens sociais e hierarquizar indivíduos e grupos a partir de seus pertencimentos raciais, se expressará na constituição de “lugares” (nos sentidos espacial e social) onde a presença dos desfavorecidos será majoritária (lugares da pobreza, da despossessão, da subalternidade) e lugares onde a sua presença será minoritária (lugares da riqueza, do poder, do saber socialmente legitimado, etc.): lugares com as marcas desta distinção social. (2010, p. 144)

As relações raciais têm sido analisadas pelas ciências humanas, sobretudo pela Antropologia, Sociologia e recentemente, de forma bem tímida, pela Geografia, por questões de militância e também pelas leituras e análises que começavam a ser feitas sobre esse fenômeno socioespacial.

Desde os anos 1960, e, sobretudo, a partir de 1970, estudiosos (as) das relações raciais passam a fazer análises mais sistemáticas das desigualdades entre negros e brancos. No entanto, a expressão espacial dessas diferenciações e assimetrias raramente era colocada em discussão. Mesmo após a retomada da variável cor/raça no censo de 1980 poucos estudiosos empreendiam levantamentos e análises da dimensão espacial dos segmentos étnico-raciais (RATTTS, 2010, p. 130).

Nas cidades brasileiras, observamos uma assimetria na situação dos grupos raciais como realidade no espaço urbano. Certas diferenças aparecem na escala do corpo ou do cidadão (SOUZA, 2013), como a identificação racial possível de ser percebida como particularidade.

Para Santos (2010) a raça é um princípio social de hierarquização dos indivíduos. Ao se analisar os trabalhos de geógrafos, sociólogos e demógrafos que procuram pesquisar a diferença racial e a classificação de coletividades sociais, um aspecto que é prioritário ou é resultado, é a dimensão espacial, sobretudo a partir da localização residencial como forma de compreender os espaços de vivência dos grupos, segregados ou autosegregados.

Ratts (2010) e Petruccelli (2013), com perspectivas distintas, concordam que o conceito de raça, como identificação dos indivíduos e grupos, ou representação da diferença, na contemporaneidade, faz parte da dimensão política, cultural e social, emerge a ideia de que o aspecto biológico não se aplica mais a essa discussão.

As contribuições de Petruccelli (2013) são importantes para entendermos a questão racial, pois a cor da pele é um dos marcadores nas vivências da cidade: há locais em que não se vê pessoas negras ou que não as vemos em posições de destaque social, a exemplo

das elites econômicas, políticas e acadêmicas. A raça, socialmente compreendida, é conseqüentemente um divisor das relações sociais dentro de uma sociedade desigual, pois está associada à variável renda, irá direcionar onde certos grupos raciais vão ocupar seus espaços também, Santos (2012):

[...] “raça”, constructo social, princípio de classificação que ordena e regula comportamentos e relações sociais, ela tem vinculação direta com a geografia, visto que está busca compreender dimensões espaciais das relações sociais. [...] a raça continua ser um princípio regulador de comportamentos, tratamentos e relações: reconhecer a igualdade biológica não necessariamente impulsiona reconhecimento de igualdade social (p. 38).

A partir deste sentido social e político da raça podemos levantar alguns indicadores sociais e correlacioná-los às classificações de cor para compreender o espaço. Apesar de existirem desigualdades entre os espaços de riqueza e de poder, pode-se ter um indivíduo ou um grupo negro em uma área de classe “média alta” ou “alta”, mas ele terá dificuldades em determinados acessos, pois não é simplesmente a renda do indivíduo que irá influenciar a apropriação de certos espaços demarcados também pela cor.

A interpretação dos traços de uma pessoa ou grupo não é uma questão subjetivamente pessoal. É social, coletiva. Porém, os grupos raciais que sofrem preconceitos, têm conceitos um pouco diferente, pois, na verdade, não é o que ele (o outro) representa que informa a etnia, raça, mas sim a sua identidade. O ato de ver, que é social, pode levar a confusões, conflitos e ficar numa análise superficial do perfil de descrição, o qual um indivíduo representa. Uma pessoa cujo fenótipo seja considerado indígena por alguém, pode-se afirmar preta, parda, amarela ou mesmo branca diante do(a) recenseador(a).

Ao tratar da questão de identificação de como é ser negro na sociedade brasileira, Santos, M. descreve que é o “resultado de uma ordem racial cuja definição é, desde a base, viciada. Ser negro no Brasil é frequentemente ser objeto de um olhar vesgo e ambíguo” (2000, p. 2). O autor propõe uma reflexão acerca das questões raciais, e as relações de conflitos e olhares enviesados. Precisa-se partir de três dados basilares: “a corporeidade, a individualidade e a cidadania”.

A compreensão para o observador é nítida quanto a isso; a cor/raça não é definida somente pela aparência física. Petruccelli (2013, p. 22) ainda ressalta que o “contexto ideológico é um fator importantíssimo, para pensarmos a raça como um marcador”. Essa linha demarcatória produz as barreiras, os olhares enviesados, e identifica os sujeitos, as pessoas, os indivíduos e os grupos. O julgamento quanto a identificação étnico-racial, então, não está

relacionado somente ao padrão social ou econômico do sujeito, mas sim a sua corporeidade que identifica a sua cidadania.

[...] No Brasil, onde a cidadania é, geralmente, mutilada, o caso dos negros é emblemático. Os interesses cristalizados, que produziram convicções escravocratas arraigadas, mantêm os estereótipos, que não ficam no limite do simbólico, incidindo sobre os demais aspectos das relações sociais. Na esfera pública, o corpo acaba por ter um peso maior do que o espírito na formação da socialidade e da sociabilidade. [...] (SANTOS, M. 2000, p. 3).

O caso emblemático dos olhares, da discriminação além da escala da corporeidade, citado pelo autor, se reproduz também nas espacialidades de localização desses grupos na cidade brasileira, porque a cidadania e o preconceito se reproduzem nos demais aspectos das relações sociais e da sociabilidade dos sujeitos no espaço. A questão de ser ou não cidadão. Diante disso, Santos, M. afirma ainda que “há os que querem ser cidadãos, as classes médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que não são cidadãos” (1996/1997, p. 134).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As leituras de diferenciações socioespaciais e também de segregação, incluindo a questão racial no Brasil, passou, por períodos de invisibilidade e problematização como apontado. Hoje, sabe-se desses debates por influências de grupos<sup>3</sup> que se fortalecem no debate epistemológico e na inserção das temáticas raciais, inclusive nos programas de pós-graduação.

A inserção da variável racial nos estudos urbanos tem como objetivo quebrar os paradigmas de uma ciência dita conservadora para a mudança de comportamentos de uma sociedade colonialista. E também para a desconstrução de olhares enviesados da discriminação e do preconceito racial produzido nas relações sociais.

Por fim, os estudos urbanos se deparam com esses desafios raciais contemporâneos que ainda ordenam os comportamentos e as relações dos sujeitos sociais. Diante disto, precisamos nos atentar para as particularidades desses debates nas ciências humanas, para pensarmos no “direito à cidade” de certos grupos e também o da cidadania.

<sup>3</sup> UFBA – Geografa, UFPB – Gestar, UNIR – ver Lattes de Maria das Graças Nascimento e Silva.; NEGRAM – NEGRA/UERJ – ver Lattes de Renato Emerson Nascimento dos Santos e Denilson Araújo de Oliveira; LaGENTE – Laboratório de Estudos de Gênero Étnico-Raciais e Espacialidades/UFG. Ver Lattes de Alex Ratts.



## REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Diferenciação Socioespacial*. In: Cidades, v. 4 n. 6, p. 45-60. 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Diferenciação sócio-espacial escala e práticas espaciais*. Revista Cidades, v.4, n. 6, 2007. P. 62-72.
- GARCIA, Antônia dos Santos. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, Cidade d' Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum*. Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2006.
- PETRUCCELLI, José Luis. *Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual*. Org.: PETRUCCELLI, José Luís; SABOIA, Ana Lucia. Características Étnico-raciais da População Classificação e Identidades – IBGE. Rio de Janeiro, 2013.
- RATTS, Alex. O negro no Ceará (ou o Ceará negro). In: CUNHA Jr., Henrique, SILVA, Joselina da & NUNES, Cícera (Org.) *Artefatos da cultura negra no Ceará*. Fortaleza. Edições UFC, 2011, p. 19 – 40.
- SANTOS, Milton. *Ser negro no Brasil hoje*. Fonte: Folha de S. Paulo, Caderno Mais. 07 mai. 2000 – Disponível em <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2000/05/07/72//581253> > Acesso em 30.08.2012.
- SANTOS, Milton. Cidadanias mutiladas. In: CARDOSO, Ruth; KEHL, Maria Rita; BUCCI, Eugênio; DINES, Alberto; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; TELLES, Lygia Fagundes; PIÑON, Nélica; CHAUI, Marilena; DALLARI, Dalmo; SANTOS, Milton; KOVADLOFF, Santiago. *O preconceito*. São Paulo: IMESP, 1996/1997. P . 33 – 44.
- SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: Raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis, RJ: DP et al.,; Brasília, DF: ABPN, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Ensino de Geografia e Currículo: questões a partir da LEI 10.639*. Terra Livre São Paulo/SP Ano 26, V.1, n. 34 p. 141-160. Jan-Jun/2010.
- SILVA, José Borzacchiolo da. *Diferenciação socioespacial*. Revista Cidades, v. 4, n.6, 2007, p. 89-100.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.